
Pauta: Panorama geral, na Defensoria Pública, das solicitações de vagas em escolas (públicas, conveniadas e vagas em particulares) do município de Porto Alegre

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): (14h17min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude. Há quórum, e temos a presença da defensora pública Andreia Paz Rodrigues. O assunto hoje é a educação infantil. A gente tem acompanhado o trabalho da Defensoria Pública, um bom trabalho com relação à falta de vagas. A Defensoria Pública tem ajudado para que as pessoas possam buscar essas vagas através da Defensoria Pública. Então, nós, aqui da comissão, junto com os demais vereadores, resolvemos convidar a defensora Andreia, para que ela pudesse nos explicar como tem funcionado a Defensoria Pública em relação aos procedimentos para que as pessoas que não estão conseguindo buscar as vagas, a gente sabe o quanto é fundamental, possam buscar através da Defensoria Pública, que a gente sabe que tem tido excelentes resultados. Com o tempo, também queremos deixar um espaço para que a defensora Andreia possa falar sobre outras questões que a Defensoria Pública tem trabalhado nessa relação da educação infantil e da educação no município de Porto Alegre. Se os vereadores concordam – também está presente a Ver.^a Abigail –, vou passar direto a palavra para a nossa defensora pública Andreia.

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Uma boa tarde a todos e a todas, agradeço o convite para esta importante reunião. Acho que esse assunto nos toma bastante tempo, nossa grande demanda hoje, na Defensoria Pública, é o acesso às vagas em creches em Porto Alegre. Essa demanda não é só de Porto Alegre, é uma demanda do País inteiro. Nós tivemos, recentemente, uma reunião da Comissão da Criança e do Adolescente do Condege, que são defensores públicos de todo o País, e um dos pontos da pauta foi esse tema. Nós tivemos vários relatos de várias Defensorias de todo o País relatando que também tem esse grande problema nas suas cidades. A questão é histórica, mas é importante que a gente possa, aos poucos, resolver aqui em Porto Alegre especialmente, porque aqui nós temos, realmente, uma grande demanda.

Pessoal, se alguém quiser material, aqui eu tenho algumas cartilhas disponíveis, se alguém quiser pegar aqui tem bastante material. Eu também tenho aqui um diagnóstico que é um diagnóstico mais geral. Ver.^a Abigail, nós temos aqui um material, se a senhora quiser acompanhar. Esse material traz um pouco da legislação, porque é importante a gente saber qual é a origem, quais são os direitos, porque a gente precisa fundamentar. Na Defensoria Pública, tudo o que a gente faz tem um fundamento jurídico. Então, nós vamos começar pela Constituição Federal, que, no artigo 208, trata desse tema e fala que a educação básica é obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos. Depois, no inc. IV do art. 208, fala na educação infantil em creche e pré-escola, crianças até 5 anos de idade. Esse artigo trouxe algumas questões para a gente poder tratar. Muitos municípios alegavam que somente a partir de 4 anos seria obrigatório, deveriam, então, fornecer a partir de 4 anos. Só que no inc. IV, fala da educação às crianças até 5, ele não exclui antes de 4 anos, ele deixa como uma obrigação do município. Nós tivemos uma decisão do STF, que eu vou falar mais adiante, que encerrou de vez a polêmica que havia sobre esse artigo, porque é o seguinte: o que diz na lei é que a obrigação é de os pais colocarem as crianças a partir de 4 anos na escola. Isso não significa que é facultativo o município ofertar vagas, porque a obrigação do município é a partir de zero ano. Mais tarde, nós vamos ter também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB, Lei nº 9.394, que é de 1996, que fala, expressamente no art. 11, que os municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental. Então ali está bem expresso que é uma obrigação do município. Também nós temos o art. 53 do ECA, que é a Lei nº 8.069 de 1990, que fala que a criança e o adolescente têm direito à educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa. No inc. V, fala: acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino. No art. 54, fala que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o atendimento em creche e pré-escola, repetindo o art. 208, inc. V, da Constituição Federal, de 0 a 5 anos. Também nós temos aqui os planos: o Plano Nacional de Educação, uma lei de 2014; e o Plano Estadual de Educação, de 2015. Esses

planos são bem importantes porque têm metas e estratégias. No Plano Nacional, que se repete no Estadual, a meta 1: “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste Plano”, que é 2024. Então a gente percebe que não foi cumprido esse Plano Nacional de Educação. Também consta como estratégia da meta 1 desse Plano estimular o acesso à educação infantil em tempo integral para todas as crianças de 0 a 5 anos, e aqui a gente quer frisar por que o turno integral é superimportante para essas famílias, especialmente as que estão em situação de vulnerabilidade social, pois as mães não conseguem trabalhar se as crianças estão em meio turno, elas não têm condições de deixar as crianças e trabalhar. Depois nós temos a meta 6 do Plano Nacional, que é oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. E a estratégia dessa meta 6 fala em instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social; aqui e também fala do atendimento em turno integral e o regime de colaboração que deve ser realizado entre todas as esferas de governo – municipal, estadual e federal. Também temos o Comentário nº 19 da ONU, que foi bem importante, porque ele refere que: “Os Estados Partes adotarão todas as medidas administrativas, legislativas e de outra natureza, visando à implantação dos direitos reconhecidos nesta Convenção. Com relação aos direitos económicos, sociais e culturais, os Estados Partes adotarão essas medidas utilizando ao máximo os seus recursos disponíveis e, quando necessário, dentro de um quadro de cooperação internacional”. Fica bem clara a questão com relação ao orçamento público, de termos, então, um orçamento específico para as crianças e adolescentes. E chegamos no artigo 227 da Constituição Federal, que fala em prioridade absoluta, e é importante frisar que esse é o único artigo da Constituição Federal que fala da absoluta prioridade, nenhum outro artigo fala sobre isso; temos o artigo 4º, que repete o artigo 227 do ECA, em que, no seu

parágrafo único, diz: a garantia de prioridade compreende a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. Então nós temos aqui um arcabouço legislativo que nos dá amparo a todas as nossas iniciativas de demandas judiciais. Por fim, temos a decisão do STF, que eu falei para vocês no início; essa decisão foi muito importante, é do final do ano passado e ela é uma decisão que tem uma repercussão geral, então é válida para todos os casos, todos os processos individuais que falam sobre a questão das vagas em creche. A tese de repercussão foi fixada da seguinte forma: “1 – A educação básica em todas as suas fases, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata”. O que significa? Que não é necessário regulamentar, já é uma decisão que tem que ser aplicada de forma imediata sem precisar qualquer tipo de regulamentação, sem precisar esperar qualquer tipo de providência. O segundo ponto: “A educação infantil compreende creche, de 0 a 3 anos, e a pré-escola, de 4 a 5 anos. Sua oferta pelo poder público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado no processo”. Então não existe mais qualquer tipo de condição, existe o dever do município. E o terceiro é que o poder público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais. Então aqui reforçando o que sempre fundamentamos nos processos que entramos: era uma obrigação e as crianças têm o direito.

Aí vamos para os dados. Então, nós temos vários dados sobre esse tema, um deles vem do Anuário Brasileiro de Educação Básica de 2021, que diz que o Brasil possui um percentual de 94,1% de atendimento na pré-escola e de 37% na creche. Também nós temos a radiografia da educação infantil, que foi feita pelo Tribunal de Contas do Estado. Um importante local de pesquisa que vocês podem acessar é o *site* do Tribunal de Contas do Estado, lá tem todos os dados de todos os municípios do nosso Estado. Por último, a pesquisa do grupo de estudos da UFRGS, gente, que foi feito inclusive um livro, não sei se vocês já conhecem, e esse livro tem também acesso virtual. Essa pesquisa é bem

importante, traz dados bem interessante sobre o tema. Eles colocaram, nessa pesquisa da UFRGS, algumas questões bem importantes de vários municípios, mas eles pegaram os municípios que tinham o pior índice do Estado. Entre os municípios com piores índices está Porto Alegre. Então, ali nós temos assim: primeiro o pior município, que é Alvorada, ali nós temos algumas informações tiradas desse diagnóstico feito pela Tribunal de Contas, que nós tínhamos, em 2019, cerca de 9,6 mil vagas a serem criadas em Alvorada. Depois, nós temos Canoas, como a segunda pior cidade com vagas, tínhamos ali mais de 9,3 mil vagas a serem criadas. Depois, Gravataí, com mais de 6,4 mil vagas a serem criadas; Novo Hamburgo, com mais de 2,3 mil vagas a serem criadas; e Porto Alegre, em 2019, com mais de 21,8 mil vagas a serem criadas, isso com dados de 2019. Nós sabemos que, com a crise financeira, tivemos também muitas crianças que estavam na rede particular e que passaram para escola pública. Então, parece-me que esse número aqui está bem defasado atualmente, então seriam bem mais do que 21 mil vagas. Nós temos também os dados que foram dados pelo próprio município de Porto Alegre, em que eles falam mais de 6 mil vagas o déficit do Município, mas essas vagas que são informadas são de pessoas que fizeram a inscrição para o ano de 2023 e não conseguiram vaga. São pessoas que procuraram as escolas e não conseguiram vaga, mas nós sabemos que tem um grande número de pessoas que sequer fizeram a inscrição. Então, por isso, o número é muito maior do que o número que eles informam. Também nós temos São Leopoldo com mais de 2,8 mil vagas a serem criadas; e Viamão com mais de 6,7 mil vagas a serem criadas. Então o problema, realmente, é muito grande. Para tentar resolver essa questão, a gente tentou resolver de forma extrajudicial, a gente conseguiu, no ano passado, fazer um acordo diretamente com a SMED, em que conseguimos 300 vagas. Então a gente atende as nossas famílias, encaminhamos para SMED por *e-mail*, se não tem vaga na rede pública, a SEMD compra uma vaga na rede particular. Quando a gente encaminha o pedido, a gente já coloca os três orçamentos de escolas particulares ali, e a escolha da escola com menor valor. Então é feita uma compra diretamente pelo Município. Em 2023, a gente fez um novo aditivo, esse acordo, e conseguimos mais 300 vagas, só que acabaram na semana passada.

Nós temos, ainda, na Defensoria Pública, cerca de 540 famílias agendadas que ainda não atendemos.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Conseguiram essas 300 vagas sem vocês ingressarem na justiça, é um acordo que existe, só que já estourou?

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Sim, acabaram as vagas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): E existem mais 540 necessitando?

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Exatamente, e nós encaminhamos um ofício, fizemos reunião com a SMED e PGM na outra semana, e nós recebemos uma informação de que não há mais orçamento para essas vagas, de forma extrajudicial. É importante também a gente frisar que a gente já tinha uma ação civil pública contra o Município, em 2018. Então, nós já temos uma decisão judicial favorável. Nós vínhamos, desde 2018, ingressando com as habilitações individuais, que são as execuções individuais, cada família que nos procurava, a gente ingressava com o pedido individual, mas já tendo uma decisão coletiva, para cumprir decisão, na verdade, é uma execução da decisão coletiva. Com o acordo, a gente passou a não ajuizar mais. Por que foi importante o acordo? Porque nós reduzimos o tempo de espera da família, porque com o processo a gente demora de dois a três meses para conseguir que a criança esteja matriculada numa escola, e, com o acordo, esse prazo passou para cerca de 20 dias, a partir do momento em que a gente encaminha pedido, então é mais rápido para a gente resolver para as famílias. Também existe o custo do processo, porque todo processo tem um custo, então a gente tenta economizar os recursos públicos não ingressando com processo, e também nós não cobramos honorários da Defensoria Pública. Nos processos normais que a gente ingressa judicialmente, a gente cobra honorários, mas não para os defensores, é para um fundo da Defensoria, e com esse fundo a gente compra computadores, compra mobiliário, então é um fundo que nos auxilia nessas questões de material, de equipamentos. E a gente não deixa de cobrar os honorários advocatícios. E

também existem multas que são fixadas judicialmente. Então, cada processo individual tem uma multa que é aplicada contra o Município, e, dependendo do tempo de demora do cumprimento da decisão judicial, incide uma multa diária por descumprimento, que é em torno de R\$ 50 por dia. Se demorar muito para cumprir, a multa aumenta. O acordo esse evita a multa, evita os honorários, evita o custo do processo judicial e é mais célere para as famílias; então tem vários benefícios. E, de qualquer forma, o Município vai ter que comprar vaga quando não tem vaga na rede pública. É uma alternativa, é claro que não é o ideal, a gente sabe que o ideal seriam vagas na rede pública, porque a gente sabe que são de melhor qualidade, a gente sabe que há professoras dedicadas, a gente tem professoras capacitadas, a gente sabe que é muito melhor. Mas quando a gente sabe que não tem vaga, a alternativa que a gente encontra hoje é a compra da vaga na rede particular. De qualquer maneira, de forma extrajudicial ou de forma judicial, a compra da vaga é uma alternativa hoje. Então, vai ser feito isso de qualquer forma. Com esse acordo, a gente tentou reduzir todos esses custos envolvidos e também conseguimos resolver de forma mais rápida para as famílias. E a gente recebeu a informação de que não havia orçamento para isso, então nós tentamos agora, como uma segunda opção, falar diretamente com o prefeito. Temos uma reunião já marcada para a próxima segunda-feira, para tentar convencer o prefeito do quanto é importante mantermos esse acordo. Não sei o que é que vai acontecer, espero que a gente consiga reverter isso, senão nós vamos ter que ajuizar novamente. Já há várias famílias que nós atendemos, desde a semana passada até agora, e estamos aguardando, só vamos aguardar até segunda-feira essa reunião, e não dando certo a gente vai começar a ajuizar novamente. Então é basicamente isso, pessoal, que a gente tem. Fico à disposição para as perguntas que forem surgindo aqui. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Antes de passarmos, só um questionamento. Essa questão das pessoas que procuram a Defensoria Pública é independente de classe social, porque qualquer criança tem direito. Porque na Prefeitura sempre tem prioridade para as pessoas mais vulneráveis. Mas quando

chega nesse ponto de buscar a Defensoria Pública, independe da vulnerabilidade ou não?

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Na verdade, não. Na verdade, nós temos um critério de renda familiar. Nós atendemos as famílias vulneráveis. Então o nosso critério de atendimento é de até três salários mínimos de renda familiar. Se a família tem uma renda superior a isso não significa que ela não possa ingressar judicialmente; ela pode através de um advogado particular. Tanto é que na decisão da ação civil pública o juiz já disse que é facultado aos advogados também ingressarem com base na decisão coletiva. Então, os advogados também podem ingressar, e a decisão já está dada lá na coletiva, eles só vão executar a decisão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Então, a Defensoria Pública é para pessoas que tenham renda até três salários mínimos?

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Isso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Acima disso, tem que ingressar de forma particular, utilizando a lei que a Defensoria Pública...

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Utilizando a decisão judicial na ação que a Defensoria Pública ingressou.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Quero também fazer o registro da presença do Ver. Jonas Reis. O Ver. Giovani Culau está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Eu queria desejar uma boa tarde a todos e todas, Presidente Mauro, Vereador Jonas, Vereador Byl. Acho que é muito importante que a gente, mais uma vez, reúna esta comissão para debater esse tema tão importante da Educação Infantil, e eu acho que a gente pode dar sequência no nosso debate aqui, Dra. Andreia, e queria te

agradecer por ter aceito o convite para discutir aqui com a gente, debater a Educação Infantil, mas também avançar sobre o tema da Educação Especial na cidade de Porto Alegre, porque também a Defensoria tem uma ação civil pública sobre esse tema, e é algo bastante importante para nós aqui na Câmara – não é, Mauro? Mas antes da chegada dos vereadores Jonas e Byl aqui em nossa reunião, não sei se tu me permites, Dra. Andreia, eu comentava que, agora pela manhã, na reunião da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, as entidades estudantis estiveram presentes discutindo, infelizmente, a tragédia que a gente viveu em Blumenau na semana passada. Nós conversávamos aqui sobre fazer o debate, na próxima terça-feira, enquanto pauta da comissão de educação, esse desafio que nós temos de construir uma cultura de paz nas escolas aqui em Porto Alegre. E as entidades estudantis vieram aqui na nossa comissão para entregar uma carta e fazer uma breve saudação. Então, está aqui presente o Anderson, que é o presidente da UMESPA e da UGES; a Luíza e a Débora; e se tu me permitires, presidente Mauro, com a licença também da doutora, gostaria de convidá-los aqui à frente para nos fazerem a entrega e terem direito a uma breve saudação para gente dar sequência aos nossos trabalhos. Podemos combinar assim?

SR. ANDERSON FARIAS: Acho que, primeiro, agradecer esse espaço aqui importante. Tanto eu quanto a Luiza, a gente esteve na Assembleia Legislativa, agora de manhã, onde teve a reunião da Comissão de Educação. A gente leu nossa carta, mas como a gente tem pouco tempo aqui, enfim, a gente queria pedir espaço inclusive além do tempo quem a gente teria para ler a carta rapidinho aqui. Acho que é importante esse momento. Enfim, estamos eu, a Luiza, a Débora, acho que a gente. Vocês se importam de eu ler a carta?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Fica a critério de vocês. Anderson, a nossa ideia é que vocês façam uma explanação, e aí a gente vai convidá-los, nas próximas semanas, para fazer uma reunião para tratar desse assunto. Inclusive vocês podem indicar outras entidades que vocês queiram que a gente convide. Os vereadores também podem nos passar. E, na semana que vem, na

próxima terça-feira, às 14h, a gente faz um debate sobre esse tema e sobre a carta que estão entregando aqui.

SR. ANDERSON FARIAS: Certo. Vamos dividir e ler a carta aqui rapidinho, acho que não dá menos de um minuto. A carta começa, o título dela é Por uma Escola Democrática é Acolhedora (Lê): “Diante das graves ameaças de atentado que circulam nas redes sociais em diversas escolas do Rio Grande do Sul se faz necessária uma resposta urgente do governo do Estado para impedir que os episódios ocorridos em São Paulo e em Santa Catarina se repitam.

É preciso rediscutir o papel da escola, visando tornar um ambiente seguro e acolhedor, que combata todas as formas de violência, opressão, discriminação e intolerância, com espaço de discussão, quadro de professores e funcionários completos, estruturas físicas adequadas e grêmios estudantis atuantes, reforçando a participação dos estudantes na construção do dia a dia das instituições.

A ausência de diálogo e precariedade da educação têm desnudado a falta de identificação dos estudantes com a escola, o que desencadeia uma série de problemas. Neste sentido, defendemos a revogação do novo ensino médio e a implementação de um modelo que seja construído a partir das demandas dos estudantes e da comunidade escolar, que não esvazie o currículo e fortaleça a escola de ensino integral, dando espaço à cultura, ao esporte e fortalecendo o ensino técnico de qualidade.”

SRA. LUIZA SUAREZ: (Lê.): “Reforçamos que o papel do Estado é acompanhar as ameaças, atuando ativamente no combate e desmobilização de grupos e comunidades virtuais que promovem o ódio e a violência, bem como na identificação e punição dos autores das mensagens que vêm circulando nas redes sociais.

O avanço dos discursos supremacistas nos últimos anos deu legitimidade para a ampliação e divulgação pública dos grupos extremistas na internet e, as crianças e jovens, desamparadas pela ausência de políticas de assistência,

encontraram nestes espaços seu acolhimento, tornando-se reprodutoras da violência da qual um dia foram vítimas.

Por isso, é preciso atuar incansavelmente na investigação e interrupção imediata da produção e viralização de conteúdos que incentivem a prática de crimes violentos e de atentados contra a vida. A internet não pode ser uma terra sem Lei.

Além disso, a solução passa pelo suporte e atendimento das demandas escolares por mais professores, funcionários e estrutura física adequada. É de conhecimento público que os índices de adoecimento mental têm aumentado na sociedade, principalmente entre os mais jovens, o que potencializa situações de violência no ambiente escolar.

Militarizar as escolas ou implementar um modelo de educação domiciliar à distância não é a solução para os problemas que temos enfrentado. É necessário que se cumpra a lei que assegura a presença de psicólogos e assistentes sociais dentro das instituições escolares, além de recompor os recursos humanos para que nenhuma escola sofra com déficit de professores e funcionários, e reforçar a presença da participação dos estudantes através de grêmios estudantis organizados. Esses são alguns dos caminhos para fazer da escola um ambiente mais acolhedor e seguro, com educação pública, gratuita e de qualidade.”

Gostaria de acrescentar que a gente tem que falar sobre esses ataques, a gente não pode esquecer para que nunca se esqueça e para que nunca mais aconteça.

SR. ANDERSON FARIAS: Só rapidinho, essa carta que a gente fez é porque, no domingo passado, da noite para o dia, na segunda-feira, ontem de manhã, nós acordamos com um caso implantado em Porto Alegre, na nossa cidade, por exemplo, muitas escolas que, inclusive, hoje, escolas aqui do Município, estão fechadas por conta dessas ameaças. A gente não sabe se é verdade ou não, mas a gente não pode brincar com isso, e também as aulas foram canceladas muito no sentido de ter se pânico, tanto pela parte dos estudantes mas também pela parte dos pais, que não querem deixar os alunos irem na aula, por conta desse medo, que a gente entende, porque, se na semana passada, aconteceu essa invasão em Santa Catarina, nada impede que hoje acontecesse e

obviamente não aconteceu, mas nada impede que esses ataques e ameaças sejam verdade. Então a gente fez essa nota, no sentido para expor o que a gente passou ontem. Ontem foi muito mais nesse sentido de que o caos foi instaurado, quando a gente recebia milhares de relatos de estudante que falaram que não iam para a aula por conta do medo, estudantes que deixaram de ir à aula, escolas vazias, por exemplo. Então é muito nesse sentido que a gente escreve essa carta, para a gente ter um pontapé, para a gente crescer, vencer nesse sentido, e punir aqueles que, de certa forma, disseminaram esse terror pela nossa cidade. Além disso, também demonstrar e investir na escola, porque a escola é o principal momento, o primeiro, na verdade, na nossa vida, que a gente tem contato maior, assim, com a diversidade, com a diferença de raça, de gênero, de cor, enfim. Então é muito nesse sentido que a gente enxerga a escola e a escola tem que ser um ambiente acolhedor, também ter acolhimento psicológico e mental. A gente voltou dos dois anos de pandemia, onde a gente está se readaptando ainda na verdade. A gente precisa ter esse momento também para entender como que está a cabeça dos estudantes, porque, durante a pandemia e até mesmo no próprio ano passado, teve um aumento na questão da saúde mental, de precariedade, e os jovens são a maior parte disso.

Então acho que é muito nesse sentido que a gente escreve essa carta, a gente achou que não teria como isolar também esse debate só na Assembleia Legislativa, trouxemos para Câmara. Agradecemos o espaço, óbvio, para a gente estar lendo a nossa carta, dar a nossa opinião. E terça-feira, acho que também é o momento para gente ampliar melhor esse debate, temos mais tempo. Da nossa parte, da UGES, da UMESPA, agradecer o espaço aqui, que é muito importante para a gente dialogar, esta Casa é dos estudantes também. Era isso.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Com certeza.

SRA. LUIZA SUAREZ: Eu também queria acrescentar uma coisa que acaba se falando durante as discussões sobre esses ataques. A UMESPA, UGES e UBES entram em consenso numa coisa, isso não tem nada a ver com o *bullying*. O

bullying não influencia os ataques nas escolas, porque, como a gente sabe, a maioria dos estudantes que entram nas escolas, a maioria das pessoas que fazem essas atrocidades são pessoas, homens cis-héteros e brancos. A gente sabe que, dentro das escolas, quem sofre *bullying* e opressões são minorias marginalizadas. Como o Anderson falou, na escola é o primeiro momento em que a gente tem contato com essa diversidade. Se alguém faz isso, não é por conta do *bullying*; é por conta dos grupos extremistas na internet, e a gente tem que lidar com isso, além do que tratando como uma resposta dos grupos extremistas, e também como um caso de doença mental, que o Estado tem que tratar, porque isso, além de ser influência desses grupos neonazistas, também são doenças mentais que deveriam ser identificadas na infância e na adolescência, e tratadas. É isso.

Obrigada pelo espaço, e já falando sobre o dia 19, que a gente vai ter um ato na rua, falando sobre a revogação do novo ensino médio e sobre a paz nas escolas.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Muito bem. Muito obrigado pela presença de vocês. Parabéns pela carta, pela forma que vocês estão trabalhando para demonstrar as dificuldades e as necessidades de vocês. A Casa está aberta sempre que vocês precisarem, e a nossa comissão está à disposição.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Giovani Culau também está se colocando à disposição, para vocês passarem o que vocês realmente querem tratar, quem vocês querem convidar para participar da próxima reunião. Estamos ao inteiro dispor, tenho certeza que todos os vereadores aqui concordam, quase que 100%, com o que vocês falaram. Muito obrigado.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Quero reforçar aqui os cumprimentos às representações da UMESPA, da UGES, da UBES e que a gente se encontre semana que vem para dar continuidade a esse debate.

Dr. André, retomando o nosso diálogo aqui, reforço o agradecimento por essa oportunidade de debate diretamente contigo. Nós recebemos, Mauro, a secretaria em duas oportunidades para discutir esse tema aqui, e esse é um dos grandes problemas que a cidade vive. Eu acho que existe uma polêmica de entendimento sobre o direito à educação infantil, mas eu acho que essa polêmica vai ficando cada vez menor. É claro que a decisão do STF foi fundamental nesse sentido, mas eu chego aqui sem dúvida alguma. É um direito da criança a educação infantil, do zero aos cinco anos. Obrigatório com quatro e cinco, mas obrigatória a oferta da vaga por parte do poder público do zero aos cinco anos. E daí nós temos uma problemática, Mauro, muito grande em relação aos dados. Não sei se tu lembra, eu cheguei a manifestar isso, não fui o único vereador a trazer essa discussão, porque recorrentemente se traz o dado de que Porto Alegre tem uma carência de 6 mil vagas, mas esse dado é impreciso. Porque aqui nós estamos falando, quando tratamos dessas 6 mil vagas, daquilo que se chama demanda manifesta, mas a demanda é muito maior do que isso. Onde o poder público não chega, na periferia da nossa cidade, existe exatamente a demanda não diagnosticada, e esse dado que o Tribunal de Contas apresenta no seu relatório, que ultrapassa 20 mil vagas, aumenta ainda mais esse nosso estado de alerta. Aumenta ainda mais. A Prefeitura apresentou aqui para gente uma perspectiva de encarar esse tema com algumas iniciativas, uma delas era o tema da compra de vagas a partir da abertura do edital, e me parece que o edital não teve o êxito que se esperava. É claro que outras medidas foram apresentadas aqui pela secretaria, de uma articulação com a Secretaria Estadual para utilização dos prédios das escolas estaduais, também nós não temos concretude de prazos, de quantitativos da oferta a partir dessa iniciativa. Então, na verdade, todo esse debate que a Dra. Andreia, que a Defensoria traz aqui para nós, ela só aumenta a gravidade, a dimensão de um problema que a gente tem discutido desde o início do ano. Diante disso, eu quero muito objetivamente, Mauro, propor aqui para a gente pensar, enquanto comissão, mas eu penso que seria adequado que nós, enquanto Comissão de Educação da Casa, nos manifestássemos favoravelmente à renovação do acordo que a Defensoria tem praticado com a Prefeitura desde 2022. Eu acho que nós temos aqui feito um

esforço, na comissão, na busca do consenso, a defesa da educação tem sido algo, apesar das nossas diferenças, que nos une. A preocupação com a educação infantil me parece ser uma preocupação comum de todos os integrantes aqui, por isso que me sinto muito à vontade para fazer essa proposição. Eu acho que de tudo que a Dra. Andreia nos apresentou, existe uma aflição muito grande com a renovação desse acordo, que não resolve o problema, nem de perto, mas que tem sido um instrumento bastante importante para essas famílias em grande vulnerabilidade social da nossa cidade. Então tem uma reunião marcada com o prefeito, com a Defensoria, na segunda-feira, eu acho que nós deveríamos, por algum mecanismo, manifestar para a cidade, manifestar para o Executivo Municipal o apoio que esta comissão dá à renovação do acordo entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a Defensoria Pública para garantia das vagas. E a Dra. Andreia já trouxe aqui, esse acordo reduz a burocracia, reduz os custos para o Estado, em várias perspectivas, e daí eu deixo só uma pergunta nesse sentido, Dra. Andreia: a gente tem algum dado mais específico do custo da vaga judicializada para o custo da vaga no acordo com a Defensoria? Porque eu acho que se a gente conseguir ter um exercício de ter concretamente esses números, isso favorece que a gente faça esse debate com a cidade, aqui na Câmara, bem como na nossa argumentação com o Executivo municipal – essa é a minha sugestão de encaminhamento a partir do debate que a gente tem feito aqui; deixo essa pergunta para a Dra. Andreia. Mais uma vez agradeço a oportunidade de te encontrar mais uma vez para essa discussão importante.

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Obrigada, Giovani; a gente já está íntimo, não é, Giovani? Assim, com relação a essa proposição, achei bem interessante porque nós realmente precisamos renovar esse nosso aditivo com a secretaria. Agradeço, desde já, se for decisão da comissão encaminhar para o prefeito porque realmente a gente consegue resolver as questões de forma mais rápida; quanto ao custo da vaga em si é o mesmo custo da vaga judicial, porque, no judicial, a gente encaminha também os três orçamentos, e sempre é escolhida a escola de menor preço. Então, esse custo está em torno de R\$ 1.000,00 por mês

por criança, independentemente se a gente vai encaminhar de forma extrajudicial ou judicial, por que o orçamento será o mesmo. O que reduz o custo é com relação aos honorários, que geralmente são em torno de R\$ 400,00 por processo e também a multa, que varia de processo para processo, sendo 50 por dia. Pode ser que demore um mês, então 30 vezes 50 seria o custo do da multa, mais o custo do processo judicial, que é um custo para o Tribunal de Justiça. A gente sabe que tem também esse custo, embora seja um processo eletrônico hoje, não tenha mais o papel, mas há um custo dos servidores que trabalham com esses processos, enfim, o sistema deles também é um custo; então, a gente sabe que há uma redução de valores, sim, mas o que mais nos interessa é que essa vaga consiga chegar à criança mais rapidamente, porque, no Judiciário, tem todos os prazos, as intimações, eventuais recursos; então, demora até se conseguir chegar à matrícula. Então é isso que mais nos deixa assim seguros de que realmente é a melhor opção para as famílias. A gente sabe que a própria secretaria já considerou, assim, entendeu que é a melhor forma de resolver, só que aí eu pergunto para os Srs. Vereadores, existe problema de orçamento para isso? Quando eu tive uma reunião, ano passado, com a Procuradoria-Geral do Município, foi informado que tinha orçamento para isso, que o problema não era dinheiro. E eu falei com algumas vereadoras da Casa que me garantiram que há orçamento para a Educação. Então, fico com essa dúvida, se é questão de orçamento?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Gostaria de registrar a presença do Ver. Gilson. Estão inscritos os vereadores Giovane Byl e Jonas Reis. Em cima do que tu falaste, Giovani, tua manifestação, eu acho que, se tiver acordo dos vereadores, poderíamos pegar melhor os dados com a defensora Andreia, fazer uma moção de apoio, amanhã, à carta que tu vais entregar – não sei como é que vai ser lá, o acordo que existe, se tem um documento, fazemos uma moção de apoio de hoje para amanhã, não do Ver. Giovani, através do Ver. Mauro, mas, sim, da Comissão de Educação apoiando a atitude para que possa chegar no prefeito antes de segunda-feira, para ele saber que tem o apoio da Comissão e da Câmara de Vereadores em um acordo com a Defensoria para resolver,

porque todo mundo fala que é prioridade a Educação, então tem que provar que é prioridade a Educação, colocando recurso, dando vagas para as crianças. O Ver. Giovane Byl está com a palavra.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Dra. Andreia; é um prazer lhe conhecer pessoalmente, escuto bastante sobre seu trabalho. Nós temos relação com alguns conselheiros tutelares da cidade. Acredito que quem está na ponta diariamente, sendo esse para-choque da demanda da população com a Defensoria Pública são os conselheiros tutelares, que são incansáveis, diariamente. É a missão deles, zelar pelas nossas crianças e adolescentes. Então, todos os vereadores aqui da comissão atuam em regiões periféricas da cidade; então também nos chegam demandas diárias, ligam para o gabinete “Vereador, consegue uma vaga para meu filho, para minha filha.” Bem como o Mauro falou no início, acho que é bem propício a sua vinda aqui para nos dar subsídios e esclarecimentos para a gente poder orientar da melhor forma a população. Acho que a senhora traz um ponto aqui que é importante de a gente estar bem ciente: a falta de vaga na educação infantil, na creche, não é uma especificidade de Porto Alegre, é uma demanda nacional, então o Brasil inteiro passa por isso. E o que eu queria saber é se a gente tem modelos, no Brasil, que estão dando certo, se tem algum município que está despontando, que esteja conseguindo resolver esses problemas, até para que nós, vereadores de Porto Alegre, venhamos a buscar exemplos – se são leis que estão funcionando, se são iniciativas do governo. A gente vê um esforço aqui da Prefeitura na questão da compra de vagas, então foi criada a lei, foi criada a oferta, a gente não viu interesse das privadas. Nós estamos acompanhando bem de perto, e eu, desde o início do meu mandato, estou acompanhando a retomada das obras das escolas que estavam paradas, e aí não foi por falta de recurso, foi porque as empresas desistiram das obras, e, quando retomaram, já não dava para retomar, tinha que ter uma avaliação, e aí o recurso é federal, é de Brasília, e aí tranca – a gente vê a dificuldade que é terminar uma obra no Brasil, e no Município não é diferente. O que eu queria saber é se a gente tem cidades, no Brasil, exemplos de municípios que estão conseguindo vencer essa pauta. Também queria saber

se tem algum apontamento da Defensoria Pública – porque o problema a gente identificou –, se tem algum apontamento de como o Município tem que proceder para a gente sanar o mais brevemente essa demanda de vagas. Isso tem solução, tem que ter uma solução. Quais são as sugestões da Defensoria Pública?

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Sim, nós temos vários exemplos no País de municípios que conseguiram reverter, que estavam na situação que nós estamos hoje, e com o decorrer dos anos foram ampliando o número de vagas, e hoje não é mais um problema para aquelas cidades. Eu conversava com uma colega de Minas Gerais, e ela me disse que, na capital, eles conseguiram reverter, fizeram também acordo, como a Defensoria fez aqui, com o município, na época, e hoje eles não têm mais nenhuma demanda de vagas no município. Claro que foram alguns anos, não foi de um dia para o outro, foram alguns anos de soluções, a Defensoria participou muito ativamente desse planejamento, porque foram alguns anos de algumas soluções, não foi só uma solução, mas começou pelo acordo com a Defensoria. Eu acho que a gente já deu esse primeiro passo aqui. Importante frisar que, com este governo, nós conseguimos acesso à secretária e ao prefeito para conseguirmos fazer esse acordo. Então eu sempre friso isso, que foi um avanço, porque, no governo anterior, a gente não tinha nem diálogo com o Município, e nós passamos a ter esse diálogo; embora a gente não tenha conseguido manter, como eu falei no início, a gente não conseguiu fazer um novo aditivo, mas esperamos que a gente consiga resolver isso já na próxima semana. Alguns colegas do interior daqui do Estado também me referiram, em uma reunião que a gente teve, que, nos seus municípios, não há problema de falta de vagas, mas são aqueles municípios menores e com índice mais alto de IDH, então a gente sabe que isso tem relação direta com o orçamento do município.

Também a gente sabe que algumas gestões encaminham os orçamentos para aqueles projetos que eles entendem que seriam os mais importantes, então também é uma questão de gestão dos recursos públicos. Como eu não sou gestora, eu não posso falar sobre a gestão, mas entendo que é uma opção, é

uma opção do prefeito, da secretária, enfim, comprar material pedagógico, kits tecnológicos ou dar vagas para as crianças; ter orçamento para algumas políticas e não ter orçamento para vagas em creches. Então isso é uma questão de gestão do orçamento. Mas eu acho que, com diálogo, a gente consegue avançar. O primeiro passo é a gente ter esse diálogo aberto, a Câmara de Vereadores, a Defensoria, a comunidade escolar, o prefeito, os secretários, para a gente poder então organizar. No orçamento, nós temos “x”, quanto a gente vai colocar para as vagas em escolas? Então isso é importante. Talvez falte um pouco de diálogo com as secretarias, talvez tenha orçamento no Município, mas não para aquela rubrica específica, então é uma questão também de gerir esses recursos. Mas acho que o primeiro passo já foi dado com esse acordo, acho que já avançamos nisso, mas precisamos manter mais diálogos, conseguirmos outros caminhos para resolver isso, eu sei que um só caminho não vai ser suficiente. Essa questão de construir escolas é um caminho, mas é uma questão de médio e longo prazo; a questão das compras das vagas particulares não deu certo, não sei por qual motivo, também não soube. São várias coisas que a gente pode fazer para conseguir resolver. Eu sei que não vai ser uma questão para este ano, mas a gente pode pensar a longo prazo. O que a gente pode fazer? Hoje, o que eu vejo é compra de vagas na rede particular, neste momento, mas a gente pode pensar em alternativas para o próximo ano. A questão do regime de colaboração também é um ponto bem importante, porque se a gente tem as escolas públicas com os prédios disponíveis, com salas de aulas disponíveis, porque não fazer um termo de cooperação com o Estado? É importante também. O Município daria as professoras, o Estado daria o local, e dividiriam as despesas; é uma economia para o Estado e para o Município. Então são várias questões que a gente pode levantar. Acho que o regime de colaboração é uma questão que pode ser resolvida a curto prazo, porque basta boa vontade em organizar isso, e eu acho que a gente conseguiria muitas vagas. Há escolas hoje que tem disponibilidade porque os alunos vão à tarde e pela manhã as salas ficam vazias. Então acho que é fácil de resolver, temos que ver quais escolas públicas do Estado disponíveis para isso. Então seria um ponto também que eu sugiro como importante para resolver essa questão de forma mais rápida.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Obrigado. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, presidente Mauro pelo espaço da palavra, e no seu nome cumprimento os demais colegas, Giovani Culau, Giovane Byl e Gilson Padeiro, e cumprimento aqui todos os presentes também, e à Dra. Andreia. Muito obrigado pela exposição, Dra. Andreia, muito obrigado pelo empenho da Defensoria Pública na construção do direito, porque o direito quando está marcado em lei não necessariamente se materializa nessa conquista que é para o aluno e para as famílias. Então a gente vê muita família – inclusive a gente não deve esquecer –, querendo trabalhar, e aí a mãe dispensa o emprego que vai aumentar a renda. Veja bem, vocês entram com pessoas de até três salários mínimos, então as pessoas estão recebendo pouco. Três salários mínimos hoje é pouco para a pessoa sobreviver. Então estamos falando de pessoas que têm uma renda pequena, que precisam da sua criança tendo direito à educação para se ter o direito a uma alimentação mais digna, a uma moradia mais digna, a juntar um dinheiro para poder fazer um passeio no final de semana, levar esse filho no cinema. Essa criança, quando ela não está na escola, sabe o que acontece? Essa criança vai deixar de acessar mais cidadania porque os pais vão ter inclusive menos dinheiro para comprar roupa, para pagar até um estudo extraescolar, se quiser acessar uma língua, uma arte. Então eu queria aqui fazer uma reflexão de a gente pensar o que que é hoje o direito à vaga na educação infantil, ele não é só a criança na escola, ele é muito mais para cidade de Porto Alegre, ele é empoderar as famílias. Inclusive uma mãe não vai só trabalhar, ela pode se matricular no curso EAD, pode fazer uma EJA, porque aqui tem EJA em Porto Alegre, de dia, CMET Paulo Freire, aqui na região central. Então essas famílias podem até se qualificar melhor ainda, podem continuar os estudos, mas não tem como se tu não tens uma escola de tempo integral disponíveis, se tu não tens vaga. Quero dar o exemplo do Lami, a escola está pronta e aí o governo deixou a burocracia tomar conta da escola, aí a promessa agora é para o próximo ano, aí passou um ano. Sabe qual é o problema da educação infantil? É que ela passa muito rápido! Está na lei, gente,

Emenda Constitucional nº 059/2009, crianças de quatro e cinco anos tem que estar na escola, é direito subjetivo como a doutora falou, ou entra pela defensoria ou entra individualmente, e todos os governantes vão perder, prefeitos, governadores, todo mundo vai perder porque é direito subjetivo, está na lei. Vai perder. É uma derrota da política brasileira ter que entrar na justiça. Isso é uma vergonha, ter uma lei e o político não cumprir. Eu não me envergonho tanto de quatro anos para baixo, quatro anos tem um percentual do Plano Nacional de Educação, mas eu me envergonho que hoje em Porto Alegre tem criança de quatro e cinco anos fora da escola e isso é uma derrota de todos nós. Nós estamos derrotados nisso. Derrotados! Por que quando a gente vai lá e vê a Av. Lucas de Oliveira que recebeu asfalto agora essa semana! Por que asfalto na Av. Lucas de Oliveira se o asfalto estava bom? Vários moradores do bairro Petrópolis, na capital, estão reclamando para mim que a sua rua era de paralelepípedo, eles não foram consultados e a Prefeitura botou asfalto, e agora a chuva não vai mais para o solo, ela vai entupir os bueiros, e já é uma região vertical, de prédios, tem muita acumulação de água, é tudo quase concreto ou asfalto. Eles não foram consultados e o dinheiro virou asfalto e não virou escola de educação infantil em Porto Alegre. Eu estou fazendo essa fala, doutora, porque falaram para a senhora que não tem orçamento, e a senhora falou que têm escolhas. Eu quero lembrar que, realmente é isso, eu quero assinar embaixo do que a senhora falou.

O Leonel Brizola, vejam bem, governador de 59 a 63, olhem só o que ele fez – antes ele era prefeito de Porto Alegre –, fez escola, aumentou o número de sala de aula, fez uma revolução aqui e virou governador. Vejam bem, virou governador; de prefeito a governador. Quem é que consegue isso? São raras as pessoas. E aí como o governador, ele cumpriu uma grande promessa que era fazer o que fez em Porto Alegre no governo do Estado. Olhem o que ele fez: 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas, 131 ginásios, colégios, escolas normais, totalizando 6.302 estabelecimentos de ensino, abriu 688 mil novas matrículas, admitiu 42 mil novos professores. Ele fez uma revolução, por escolha política. Ele escolheu revolucionar a política pela educação! E nós hoje no Rio Grande do Sul somos fruto disso, de pessoas que investiram na educação! Eu

tive professores que estudaram lá nessas escolas e depois se formaram professores, porque acessaram a educação. Senão, hoje, sabem o que esses professores que me educaram e educaram vocês, seriam? Seriam, provavelmente analfabetos, se a gente não tivesse tido o Leonel Brizola; que falta faz pessoas que olham a educação, que olham a importância.

Quero lembrar que no governo do PT, do Lula – veja bem que ensino médio não é responsabilidade da União, não é – mas o Lula criou 214 escolas técnicas e 14 universidades públicas; universidade é responsabilidade da União. Então são escolhas, escolheu fazer isso ao invés de fazer outra coisa. Acho que a gente tem que escolher em Porto Alegre, a gente precisa escolher em Porto Alegre a educação. Nós não fizemos essa escolha ainda. Nós temos que escolher, eu acho que nós tínhamos que fazer um pacto aqui na Câmara, vereadores, tentar convencer os demais. Um pacto: nós chegarmos em 2024 sem nenhum aluno fora da escola; de 4 a 5 anos, pelo menos. Não estou dizendo que vamos resolver um déficit do passado, é difícil; teria que ter essa escolha, o prefeito decidir isso, não botar mais asfalto, que está colocando; mas já tem o compromisso, tem os seus compromissos e suas escolhas. Mas eu acho que isso a gente poderia fazer, pressionar, e dizer o seguinte: o dinheiro que a Câmara devolve, todo dinheiro da Câmara de Vereadores de Porto Alegre devolvido para o caixa da Prefeitura vai virar nova matrícula de educação infantil, não vai virar outra coisa, não vai vir outra coisa, vai virar matrícula de escola de educação infantil. É por convênio, não é; é escola própria, não é; mas vai virar. Nós tínhamos que fazer uma discussão aqui, os 36 vereadores, e a gente não pode mais entregar dinheiro para a Prefeitura, que nós economizamos aqui, das nossas cotas parlamentares, das estruturas que a gente economiza, para transformar em outras coisas. Nós precisamos transformar esse dinheiro em educação. Eu acho que esse é um gesto nosso, e aí nós não dependemos do prefeito; é uma decisão nossa, dos 36 vereadores, através da Mesa Diretora. Quando entregar, logo, o dinheiro que sobrou do passado, esse dinheiro é da educação. Então eu queria fazer essa proposta, independente da reunião de segunda-feira com o prefeito. O prefeito tem as decisões dele, tem as suas alianças, ganhou a eleição democraticamente, ele pode decidir por outras áreas,

não tem problema nenhum; agora, nós aqui, nós podemos convencer os nossos colegas a conversar e dialogar, no diálogo, e dizer: o dinheiro da Câmara é para educação. Então esse é um compromisso que eu estou propondo aqui, se a gente conquistar isso aqui dentro, nós vamos entregar para a Defensoria, para ajudar a Defensoria, vai ampliar o número de vagas, pela Câmara de Vereadores. É um gesto nosso, independentemente de a gente conversar com o prefeito, acho que dá para convencer, sempre dá para convencer as pessoas. Acho que as pessoas estão abertas a serem convencidas. Inclusive irmos a Brasília, vamos pegar mais dinheiro para educação infantil, vamos convencer os deputados federais a botar dinheiro aqui. A gente sabe que, às vezes, os deputados, nas emendas, o negócio é um curral eleitoral desgraçado, é um troço que, às vezes, não olha a política nacional. Embora se nós pegássemos aí pelo que a legislação que a doutora colocou para nós, diz que todo dinheiro, prioritariamente é para a política de criança e adolescente. Mas os deputados, parece que não conhecem a Constituição, os deputados federais; muitos deles conhecem o curral eleitoral, que é: onde é eu vou botar, o meu cupincha, o fulaninho aqui e lá...Então, a gente sabe que a política brasileira é assim, negligencia a legislação.

Eu queria fazer essa proposição aqui, eu iria ler aqui, doutora, as vagas por região, mas não cabe; só quero dar um dado aqui, por exemplo, na Vila Elizabeth tem uma necessidade de 200 crianças esperando vaga; na Bom Jesus, são 200 crianças esperando vaga; na Cruzeiro, só numa escolinha que pediram para entrar naquela escolinha, são 300 que ficaram fora; na Restinga, uma escola 150, outra 100 crianças na fila, outra 100; na Ponta Grossa, só tem uma escolinha em Ponta Grossa, tem 200 crianças para fora da escola, os outros entram todos os dias para estudar, 200 estão fora, não tem esse direito à escola. Na Ponta Grossa, há muito tempo, só tem uma, lá tem associações, tem gente que dá para conveniar, acho que dá para ampliar. Mas, enfim, são problemas que não são de hoje, não é só deste governo, isso eu quero deixar claro aqui e a senhora deixou também, é uma negligência histórica de que faz falta os brizolas para nós, faz falta os lulas, as pessoas que olhem para a educação. Eu acho que a gente tem que fazer isso, nós precisamos disso. Então esta é a minha

fala aqui, me desculpa estar um pouco indignado, porque, como professor, a gente vive isso, é uma dificuldade histórica, não é de um ou dois governos, são os governos com vários compromissos e às vezes não se olha a Constituição. No dia, Ver. Mauro, que a Constituição for respeitada e lá está escrito, de 4 a 17 anos ninguém fora da escola. Se isso tivesse sido respeitado, nós não teríamos no último período, por exemplo, as seis mil escolas que o Brizola abriu. Agora, nos últimos quatro anos, o governo do Estado do Rio Grande do Sul fechou cem escolas. Então são escolhas, a gente lida com escolhas, a população precisa também refletir sobre quem escolhe a educação e quem não escolhe a educação. Enfim, são escolhas, mas eu acho que aqui nós estamos esforço e quero parabenizar os colegas todos, acho que nós estamos sendo exemplares neste terceiro ano de legislatura de trabalhar muito a pauta da educação, discutir muito. Encontrei Vossa Excelência também na Comissão de Finanças, a gente ouviu muito e aprendeu também sobre a questão do dinheiro, mas o dinheiro existe, o dinheiro público está aí para ser disputado. É um orçamento único, mas, se a gente não disputa para as prioridades, o que adianta. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Passo a palavra para a Sra. Andreia Paz Rodrigues para as suas considerações finais.

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: Eu só queria dizer que a gente tem feito alguns mutirões de atendimento, inclusive a gente fez na Vila Cruzeiro no mês de março e atendemos cerca 200 famílias, dessas 200 famílias, em torno de 100 famílias eram para vagas em creche. Já conseguimos encaminhar alguns casos da Vila Cruzeiro, já tivemos respostas da SMED favoráveis e agora as próximas que a gente vai fazer a gente não sabe se vai conseguir através do acordo ou não, mas igual a gente vai atender e vai encaminhar, se é de forma extrajudicial ou ingressando com ações judiciais. O próximo mutirão vai ser justamente nesta zona do Extremo Sul do Município que a gente vê que ali tem uma grande demanda também por vagas em escolas. Nós pretendemos fazer um outro mutirão específico somente de vagas para, provavelmente, o mês de junho, porque agora nós vamos nomear novos defensores do último concurso, serão

cerca de dez defensores e nós vamos utilizar esses novos colegas para fazer um grande mutirão para atender essas vagas em creche que precisamos bastante. Então é isso, pessoal, eu agradeço muito o convite e fico à disposição de todos até para a gente fazer mais mutirões de atendimento; no caso dos Conselhos Tutelares, a gente atende muitos os casos que eles nos encaminham. Nós temos um canal direto com os conselheiros, com os CREAS do Município, pessoas que nos encaminham casos mais graves, os casos que são mais urgentes. Temos muitos casos para contar de pessoas que a gente atende. Também nós temos um canal com a nossa Defensora Pública que trabalha com a violência doméstica, atendemos algumas mulheres, porque existe uma prioridade pela lei, mais uma vez, existe uma prioridade para as famílias em situação de violência doméstica, e mesmo para essas famílias não tem vagas. Então nós conseguimos encaminhar, na última semana, quatro casos de mulheres vítimas de violência que não tinham vaga para os seus filhos, como elas precisam trabalhar para poder ficar mais independentes e sair do ciclo da violência, é bastante importante que elas tenham a vaga; sem a vaga elas não conseguem trabalhar, não conseguem sair do ciclo da violência e a situação de violência se perpetua porque dependem muito do marido, do companheiro e sem a vaga realmente elas não conseguem. Não são só esses casos de violência, mas temos casos de situações encaminhados pelos CREAS de Porto Alegre, situações de muita vulnerabilidade, de pessoas que moram em situação de risco, em zona de risco, de violência, casos de risco de acolhimento inclusive. Nós tivemos uma irmã que ficou com cinco irmãos, os pais foram destituídos do poder familiar e a irmã mais velha, de 20 anos, ficou com a guarda de cinco irmãos mais novos, sendo que dois bebês pequenininhos que não tinham acesso à creche. Então ela não podia trabalhar para poder sustentar os irmãos e havia um sério risco de as crianças voltarem para o acolhimento, se ela não conseguisse as vagas e, portanto, não conseguisse trabalhar. Então são situações que nos chegam todos os dias. Também atendemos, na Vila Cruzeiro, um caso de uma mãe com quatro bebês, dois gêmeos, uma mais velha de 4 anos e um pequenininho recém-nascido, que também não conseguiu vaga. Esse caso a gente já conseguiu resolver, a mais velha, dos quatro, o pai não registrou a

criança, os bebezinhos o pai registrou, também o bebezinho mais novo o pai não registrou porque foi preso. Então ela não tinha auxílio de ninguém, nem dos pais nem de familiares e vive de Bolsa Família hoje, com R\$ 600,00 para alimentar de cinco pessoas. É uma situação muito dramática e isso nos chega todos os dias. São aqueles atendimentos que a gente sofre porque a gente percebe a situação crítica, a gente se coloca na posição dessas famílias e a gente fica pensando como ela consegue. A gente fica numa sensação de querer ajudar muito para poder resolver o problema. Todos os dias nos chegamos casos assim, então, a gente, realmente, sofre junto com eles e a gente quer que dê certo, que a gente consiga resolver. Obrigada.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde a todos, Presidente Mauro Pinheiro, Giovane Byl, Giovani Culau, Ver. Jonas Reis, Dra. Andreia. Eu sou morador de Extremo-Sul de Porto Alegre, onde a gente vê muita dificuldade. Nós temos um censo lá, de 2010, em torno de 90 mil habitantes. Hoje nós estamos em 2023 e aquela região ali, a região Sul e Extremo-Sul teve um crescimento enorme. Até uso o exemplo do Chapéu do Sol, ali na Juca Batista, onde colocaram um condomínio ali com 1.080 apartamentos. Do que nós temos que trabalhar em cima? Essa é a minha fala, quando entrarem esses empreendimentos, e até esse projeto foi feito por um vereador nesta Casa, quando entrarem esses empreendimentos tem que cobrar a contrapartida, escola infantil, posto de saúde para atender. Eles tiram moradores de outras regiões e acabam levando para aquele local ali. O nosso mandato conseguiu trabalhar em cima da melhoria da viabilidade urbana ali, mas a gente tem que trabalhar em cima. Vão ter cinco mil moradores, 1.080 famílias, são cinco mil pessoas a mais, tem que ter melhorias. Quantas crianças vem junto? E se sai outro condomínio mais adiante, como vai sair do lado, nós vamos ter estrutura para atender esse pessoal? Se tinha 90 mil em 2010, hoje deve ter 200 mil habitantes na região do Extremo-Sul ali. Então a conta não fecha. Hoje existem

muitas crianças fora da sala de aula, porque se trabalha em cima de estatística. Nós estamos trabalhando em cima de 2010, o Censo está sendo feito agora e podem ver a diferença que vai ter. Nós somos cobrados por isso aqui dentro também. Como o Ver. Jonas falou ali sobre educação, pegar e tirar do dinheiro do asfalto, mas a gente vai numa reunião lá e também trabalha em cima da Saúde, tirar o dinheiro do asfalto para botar na saúde, tirar o dinheiro do asfalto e botar no transporte público. Não fecha. Existe uma receita para se governar o município e cada um tem a sua participação. Nós poderíamos também pensar, de repente, o governo federal em vez de mandar dinheiro para Venezuela, para Cuba, para fora do país, a gente poderia investir dentro do nosso Brasil aqui, dentro da cidade também, pensando na educação. Isso aqui é democrático, a gente fala e tem que ser responsabilizar da nossa palavra também. Existem muitas alternativas. Antigamente, no tempo do Brizola se resolvia, o governo federal podia investir e fazer um monte de escolas, o governo do Estado também, mas hoje existe um governo, mas há quatro, oito ou doze foram outros governos que deixaram a conta para ser paga. A gente tem que começar a pensar, analisar, botar a cabeça no lugar e pensar para frente. Não adianta a gente achar um culpado; quem vive de passado – eu sempre digo – é museu; nós temos que pensar no agora e no futuro. Desculpa, se eu ofendi alguém, mas é esse o meu pensamento. Eu ouço muita coisa e, às vezes, eu fico quieto, e a gente vê no dia a dia o que acontece, as pessoas sofrendo na fila do posto de saúde, as mães em casa querendo trabalhar e não podem por causa de uma creche, porque o dinheiro, de repente, foi aplicado em outros locais. Nós temos que ter um pouquinho mais de sensibilidade e de responsabilidade. Desculpa, Mauro, esqueci de saudar a Dra. Andreia. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Escutando aqui e tentando encaminhar agora nesta comissão, se todos os vereadores concordam, de nós fazermos uma moção, amanhã, de apoio à Defensoria Pública sobre o pacto, da renovação do acordo e encaminharmos ao prefeito. Nós faríamos em conjunto, a comissão faria a apresentação da moção, articularíamos junto com os outros partidos para que a gente tenha maioria para votar amanhã mesmo e já poderemos encaminhar

para, antes da reunião de segunda-feira, o prefeito saber que tem o apoio da Câmara de Vereadores, pelo menos da Comissão de Educação.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Com certeza, no ano que vem, faremos; neste ano, nós podemos conversar com os vereadores, conversar com a Mesa Diretora. Podemos fazer também uma proposta da Comissão de Educação.

E a outra questão é quanto a prioridades, isso faz parte, não é? Muitas pessoas escolhem priorizar uma coisa ou outra; eu, por exemplo, priorizo a educação infantil, Dra. Andreia, nas emendas impositivas. No ano passado, foi em torno de R\$ 1,4 milhão; R\$ 700 mil para saúde e os outros R\$ 700 mil, na sua grande maioria, eu coloquei como recurso para as escolas infantis, para fortalecer as escolas infantis. É uma questão de prioridade do meu mandato, agora a gente não pode impor que todo mundo tenha essa prioridade. A gente tem procurado priorizar, eu acho que essa questão que nós podemos ajudar; como vereadores, esta comissão tem priorizado o debate da educação infantil, até porque existe o problema, e nós temos quer ajudar e entender para buscarmos soluções. Às vezes, é demorado, como a senhora falou; às vezes, nós não vamos conseguir buscar a solução para um mês ou para este ano, mas que a gente consiga solucionar o máximo possível de problema, e irmos encaminhando para que, nos próximos anos, a gente não tenha essa dificuldade de faltar vagas. A gente sabe que a falta de vaga na escola infantil vai ocasionar que a pessoa não pode trabalhar, não pode estudar, então, é prioridade ter a educação infantil até para as famílias poderem se organizar. Então a gente sabe o quanto é necessário, além da própria educação da criança, porque, nessa fase, é prioritário estudar para ela se preparar para o futuro; se ela não tem essa fase de educação agora, isso poderá, lá na frente, criar uma dificuldade. A gente sabe disso, e tenho trabalhado nisso, até a nossa ideia, junto com os vereadores da comissão, é no segundo semestre fazermos um seminário sobre a educação infantil. A gente está ouvindo agora no primeiro semestre para a gente poder tomar

conhecimento, nós temos de fazer uma radiografia ali – o Ver. Jonas tem a radiografia dele da falta de vagas por regiões. A gente sabe que o que acontece é uma questão de Plano Diretor, as pessoas estão saindo das regiões mais centrais, se deslocando para, por exemplo, Extremo-sul e Zona Sul, que antes tinham um número menor de pessoas morando, hoje está aumentando muito. São muitos os condomínios, e a estrutura, muitas vezes, não acompanha, e o Município tem essa dificuldade. Até o transporte público acaba dificultando, por que é mais longe, fica mais difícil de vir para o Centro; as pessoas ainda se deslocam para o Centro, então, esse é um debate de cidade. No Centro de Porto Alegre, a gente tem vários prédios vazios; está fechando escola, mas talvez a escola esteja fechando – é difícil a gente falar assim de pronto – por ser uma escola central, se não tem pessoas morando no Centro e a escola está vazia. Então tem que deslocar esses professores para o Extremo-Sul, para a Zona Sul. Como é que a gente faz isso? Eu acho que é um debate bastante complexo, e eu acho que nós aqui da Comissão de Educação temos a obrigação de ir estudando, chamando pessoas para gente ir entendendo, fazendo essa radiografia da educação e da cidade. Mas principalmente da educação, que é nosso tema, para que a gente possa auxiliar, cobrando o governo, mas dando sugestões, soluções. A senhora fala em Belo Horizonte. Como que Belo Horizonte está resolvendo? Como resolveu? A gente tem que buscar de lá talvez. Hoje a gente faz reuniões virtuais, trazer alguém de lá para participar de uma reunião, com o secretário de educação, para nos falarem como é que eles resolveram o problema da educação em Belo Horizonte. Que os bons exemplos sejam copiados aqui para que a gente possa avançar. Então acho que foi bastante produtivo, a gente quer, em nome da comissão, agradecer, prontamente nós fizemos contato e a senhora veio, nos trouxe bastante esclarecimento aqui. Eu acho que foi bastante útil e vai nos ajudar bastante também para a gente tomar um rumo na nossa educação infantil.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Só queria falar uma coisinha que agora meu ocorreu. Uma diretora me procurou pedindo, porque ela queria aumentar o número de turmas de educação infantil, que é de ensino fundamental e pode ter

o jardim, só que teria que fazer uma sala de aula. E, aí, o que que acontece? O pátio da escola já está todo tomado de cancha, de quadra, de pátio de recreio, mas tem uma área do outro lado da rua que pertence à Prefeitura. Então pode ser que se fizer algum debate, algum estudo sobre isso, tem várias escolas... porque tu não precisas criar escola nova, pode-se aumentar o número de turmas, aumentar o número de salas de aula. Talvez essa possa ser uma proposta da defensoria na reunião com o prefeito. Eu já fiz essa proposta para o governo.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Tem escolas que não podem aumentar o número de crianças por que não tem espaço?

VEREADOR JONAS REIS (PT): Isto.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Nas próprias escolas que já estão hoje parceirizadas e conveniadas com a Prefeitura...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então tem várias fórmulas; isso é interessante, porque daqui a pouco tem algum deputado interessado, ele manda um dinheirinho, ele manda 300 mil e dá para fazer uma ou duas salas de aula. Não dá para fazer uma escola, mas dá para fazer alguma coisa né, e aí tu consegues dividir o dinheiro. Agora nós temos mais deputados federais de Porto Alegre, mais do que antes, nós temos vários.

SRA. ANDREIA PAZ RODRIGUES: São alternativas né, acho que tem que tentar todas elas, mas isso que o vereador falou sobre fazer em condomínios, em locais distantes, isso é a higienização né, que a gente chama, de pegar pessoas nas regiões centrais e levar para as periferias, e a gente atendeu, ano passado, no mutirão, o condomínio Maristas, no Mario Quintana, e lá foi exatamente isso... Esse é um condomínio aparentemente muito bonito, chega lá são uns prédios novos, com alguns problemas estruturais, só que não tem nenhuma escola, não tem um posto de saúde próximo. Então as pessoas realmente ficaram jogadas ali; não se pensou que precisava de equipamentos

públicos, até o transporte público é ruim, não tem. Então é muito complicado, é complexo o tema realmente, mas temos que pensar nisso; é bem importante essa colocação. Antes de colocar, temos que estudar o que que tem o que que não tem, e o que não tem, pedir então para a construtora: “Vamos precisar de uma escola pública aqui.” Então acho que é importante isso também, e é importante que vocês possam ver isso.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Eu queria só dar um exemplo, quando a senhora citou o Marista, é na minha região que eu atuo, que eu moro, o Mauro também atua bastante lá, e a gente, imagina, na região mais vulnerável da cidade, que é o bairro Mario Quintana, com o menor IDH, com um dos maiores índices de violência, o Mário Quintana já foi o metro quadrado mais violento do Estado do Rio Grande do Sul, e recebeu mil e trezentas famílias. Só que a gente teve um exemplo positivo lá, que foi uma parceria para retomar uma escola de educação infantil que estava parada. Então, nós, lá em 2021, levamos as SMED, o DEMHAB, e conseguimos uma parceria onde a empresa privada que executou a obra, e a administração da creche passou para o Centro Social Marista, que era a entidade referência do território. Então hoje está fazendo o atendimento de 120 crianças, em pleno funcionamento, mas que já começou devendo vaga; as 120 supriu nem um terço da necessidade do local né, mas teve uma parceria onde o privado que executou a obra, e tem uma parceria onde a rede Marista que atende lá 120 crianças com vagas de filantropia. O Jonas esteve lá na inauguração. Ficou lindo o prédio, não é Jonas? Então talvez parcerias assim também seja um caminho, a iniciativa privada finalizou o prédio, e uma entidade privada faz a execução de 120 metas com recurso de filantropia.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Rapidamente, esse é um debate muito propício para se fazer esse ano em que nós vamos enfrentar a renovação e a revisão do plano diretor; esse é um debate de produção da cidade, da garantia de infraestrutura urbana e social no nosso desenvolvimento urbano. Eu só quero muito rapidamente, Mauro, agradecer o acolhimento, por parte da comissão, da nossa sugestão da moção de solidariedade à renovação do acordo

entre a defensoria e a Prefeitura de Porto Alegre, eu só queria combinar com vocês aqui o método; nós vamos elaborar uma proposta então para a moção, nós colocamos no grupo, encaminhamos para as assessorias para o fechamento dela coletivamente, e, também, antes de a gente finalizar, eu acho que validar ela com a Defensoria Pública me parece ser importante para que a gente não cometa nenhum erro técnico nessa produção. É isso. Agradecer, mais uma vez, à doutora.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PL): Agradecemos a presença de todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 15h38min.)

TEXTO SEM REVISÃO